



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

VALÉRIA SOUSA ALVES

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DA
ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL COMBINADO,
MUNICÍPIO DE COMBINADO - (TO).**

Arraias - TO
2021

Valéria Sousa Alves

**O atendimento educacional especializado (AEE) da Escola estadual Girassol
de tempo integral Combinado, Município de Combinado - (TO)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, (UFT) Campus de Arraias, como requisito parcial de avaliação para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina Barreto
Fernandes de Abreu.

Arraias - TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A474a Alves, Valéria Sousa.

O atendimento educacional especializado (AEE) da Escola estadual Girassol de tempo integral Combinado, Município de Combinado - (TO). / Valéria Sousa Alves. – Arraias, TO, 2023.

35 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2023.

Orientadora : Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Atendimento educacional especializado - AEE. 4. Combinado - TO. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Valéria Sousa Alves

O atendimento educacional especializado (AEE) da Escola estadual Girassol de tempo integral Combinado, Município de Combinado - (TO)

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) Câmpus Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 16 / 11 / 2021

Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu - UFT



Prof.º Dr.º Erasmo Baltazar Valadão - UFT



Prof.ª Esp. Rosângela Machado de Paula Santos - UFT

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me concedeu sabedoria para conseguir concluir este Trabalho de Conclusão de Curso, em especial a minha querida mãe Ivani Alves, aos meus filhos: Diego Quirino, Divino Quirino e Victor Higor Quirino e a meu esposo José Clésio dos Santos, pessoas especiais que em todos os momentos estiveram presentes, me apoiando e me dando forças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, a Deus, pela oportunidade de realizar este trabalho, pois sem ele, nada seria possível; À minha querida mãe, esposo e toda minha família, pelo estímulo e colaboração; À Professora Dr^a Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu, pela orientação e

ensinamento;

Aos meus amigos, pelo apoio incondicional;

Agradeço a todos os professores, por proporcionarem o conhecimento não apenas teórico e prático, mas a manifestação do caráter e a afetividade da educação no processo de formação profissional, pelo tanto que se dedicaram, através do ensino, me levando ao aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “O Atendimento Educacional Especializado (AEE): da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, situada no município de Combinado (TO)”, teve como objetivo geral analisar os métodos e as características do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desta unidade de ensino, como espaço de construção da inclusão escolar. Para tanto, foi realizado um panorama histórico da Educação Especial no Brasil e reflexões acerca do processo de inclusão. O AEE é garantido por lei em todos os níveis de ensino. Na Educação Básica sua finalidade é ofertar encaminhamentos, aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). A análise pautou-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com a utilização dos instrumentos: observação de contexto virtual de sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e através da aplicação de um questionário à professora da sala do AEE e a mãe de um aluno frequente na sala de recurso. O trabalho forneceu informações acerca de como é o processo de ensino aprendizagem e a inclusão dos alunos do AEE na referida escola, mostrando a importância da inclusão no processo de ensino e aprendizagens dos alunos. Notou-se que a inclusão dos alunos nas escolas regulares da rede pública de educação deve ser vista como um novo paradigma. Não deixar que as Leis fiquem apenas no papel, mas sim colocá-las em prática na perspectiva de uma educação inclusiva igualitária, em defesa de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Palavras-chave: Educação. Especial. Inclusão.

ABSTRACT

The present work entitled Specialized Educational Service (AEE): from the Girassol State School of Integral Time Combined, located in the municipality of Combinado (TO), aims to analyze the methods and characteristics of Specialized Educational Service (AEE) in this unit teaching, as a space for the construction of school inclusion. Therefore, a historical overview of Special Education in Brazil and reflections on the inclusion process were carried out. The AEE is guaranteed by law at all levels of education in basic education and aims to offer referrals to students with disabilities, developmental disorders and high giftedness skills in a Multifunctional Resource Room (SRM). The research was based on a qualitativos approaches research, with the use of instruments: observariam of the virtual context of the Specialized Educational Service (AEE) room and through the application of a questionnaire to the AEE room teacher and the mother of a student frequent in the resource room. The work provided information about the teaching-learning process and the inclusion of AEE students in that school, showing the importance of inclusion in the students' teaching and learning process. Note that the inclusion of students in regular schools in the public education system should be seen as a new paradigm. Do not let the Laws remain only on paper, but put them into practice from the perspective of an inclusive, egalitarian education, in defense of all students to be together, learning and participating, without any type of discrimination.

Keywords: Education. Special. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ART	Artigo
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PPP	Plano Político Pedagógico
SRM	Sala de Recurso Multifuncional
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Histórico da Educação Especial no Brasil	11
2.2	Leis sobre o atendimento educacional especializado no Brasil: Constituição Federal e LDB	12
2.3	Reflexões acerca do aee e o processo de inclusão	15
2.4	Características dos estudantes que são atendidos no AEE da escola	19
2.4.1	Deficiência Intelectual	19
2.4.2	Deficiência Visual- Baixa visão	20
2.4.3	Dificuldade acentuada de aprendizagem	21
3	CAMINHO DA PESQUISA	23
3.1	Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado	23
3.2	Caracterização da pesquisa	24
3.3	Caracterização dos participantes da pesquisa	25
3.4	Questionário dirigido a professora da sala de recurso	25
3.5	Questionário dirigido a mãe do aluno da sala de recurso	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXOS	33

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema: O Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado do Município de Combinado-TO. O AEE é garantido por lei em todos os níveis de ensino da Educação Básica e têm como finalidade ofertar direcionamentos aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

A pesquisa traz em seu objetivo geral analisar as características do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado. Em seus objetivos específicos busca apresentar um panorama histórico da Educação Especial no Brasil; estudar aspectos legais da Educação Especial enfatizando o Atendimento Educacional Especializado; Analisar as atividades desenvolvidas pelo Atendimento Educacional Especializado na Escola Estadual de Ensino Fundamental I na cidade do Combinado - TO. Considerando a importância desse espaço no processo de socialização e inclusão social dos alunos público-alvo de Educação Especial.

Esta pesquisa pretende buscar conhecimento analisando e discutindo métodos e estratégias que podem ser utilizados no ensino aprendizagem de estudantes da sala de recurso, compreendendo que uma educação de qualidade é direito de todos, diagnosticar a realidade escolar e cooperar nos problemas detectados, baseado nas Leis: LDB/1996, Constituição Federal de 1988, entre outras leis que também serão discutidas no decorrer deste trabalho.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela discussão sobre as maneiras de realizar o processo de inclusão, através de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas diretamente para o público-alvo da Educação Especial: pessoas com deficiência, com transtornos e com altas habilidades.

Sabemos que o incluir ocorre de forma diferenciada em cada indivíduo e cada um alcança determinados níveis em momentos diferentes de aprendizado, dentro de seu próprio ritmo e motivação e o AEE se constitui como um espaço, no qual a convivência, o conhecimento das diferenças deverá auxiliar no processo de inclusão do estudante.

Quando se fala em inclusão no contexto escolar é o mesmo que inclusão no encontro das diversidades. A Educação Especial Inclusiva é um método pedagógico que mescla características do ensino regular com o do especial. Assim, ela promove a integração entre crianças com diferentes necessidades. Sabe-se que o incluir leva em conta as interações e interlocuções da criança com o outro e com o objeto de conhecimento, enfatizando

as relações sociais, no qual o conhecimento é produzido, apropriado e vivenciado pelo aluno.

O presente trabalho foi organizado em seções: introdução, em seguida a revisão literária, seguindo será apresentado o caminho da pesquisa, e logo serão apresentadas as considerações esperadas considerando o período atual causado pela pandemia instalada pelo covid-19, finalizando então com as referências bibliográficas e os anexos.

Nesse percurso, pretendemos apresentar breve levantamento dos aspectos históricos que dão base ao AEE. Portanto, essa pesquisa irá mostrar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos da sala de recurso no processo de escolarização. E os métodos e estratégias que os profissionais da educação utilizam para realizar um bom trabalho, mesmo enfrentando grandes dificuldades antes e durante a pandemia.

Refletindo diante das considerações da autora Marilda Bruno (2008), observa-se que na prática não é fácil trabalhar com a inclusão social nas escolas, devidos os vários problemas enfrentados, como a exclusão, discriminação, opressão, falta de profissional qualificado, entre outros, pois a falta de recursos para amparar estes alunos e oferecer uma boa educação é o que dificulta neste processo de inclusão social, sendo assim surgiu à curiosidade voltada a seguinte questão: Quais as características do processo ensino, aprendizagem e a inclusão de alunos que frequentam a sala de recurso da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado?

Ao estudar a Constituição Federal de 1988, compreende-se que a vida escolar e o processo de inclusão é de suma importância, requerendo de todos um olhar especial na busca de estratégias de ensino que promovam o crescimento e aprendizagem dos alunos, garantindo o seu desenvolvimento e participação na construção do seu conhecimento. É de suma importância perceber e incentivar tanto família e escola, a capacidade de interação das crianças, pois está se constitui numa das formas de relacionamento e recriação do mundo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

Ao refletir sobre as considerações de Sasaki (1997), entende-se que as pessoas com deficiências a tempos atrás eram consideradas incapazes, chegavam a ser desamparadas e até mesmo desprezadas, pois, a sociedade acreditava que essas pessoas seriam as principais responsáveis pelo não desenvolvimento do país, ou seja, pelo fato de serem deficientes as pessoas os viam como um atraso no meio social, pois não ajudaria com o crescimento do país.

Para Sasaki (1997), a Educação Especial no Brasil é marcada por diversas fases sendo elas: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. A fase da exclusão era o período em que as pessoas com deficiências eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas, pois não havia nenhuma forma de atenção educacional a essas pessoas.

Neste período, os deficientes sofriam preconceitos dentro da sociedade, considerados inferiores em relação aos demais, viviam em complexa exclusão social, não havia respeito às diferenças, sendo mesmo ignoradas e marginalizadas, pois, viviam de regras. O que contribuiu para isso foi à falta de esclarecimento acerca das deficiências. Com o passar do tempo, foram surgindo alguns estudos no Brasil voltados para a educação especial esclarecendo sobre a inclusão e os direitos escolares de alunos com deficiência.

Mazzota (2005) cita através do “documento síntese da Jornada de Pesquisa em Educação Especial”:

O diagnóstico da deficiência mental educável, integração da pessoa deficiente, formação de recursos humanos, currículos e programas em educação especial, prevenção da excepcionalidade, relação criança-família-escola, reabilitação e profissionalização. (MAZZOTA, p.12,2005)

Logo depois, surge a fase da segregação institucional, onde começa a preocupação com o desenvolvimento educacional dessas pessoas através do atendimento educacional que era oferecido geralmente nas chamadas instituições especializadas, surgindo assim às escolas especiais e centros de reabilitação. Dessa forma surgiu a primeira escola de cegos fundado no Brasil. Neste período, as pessoas eram afastadas de seus familiares e recebiam atendimento em instituições religiosas ou filantrópicas.

Em seguida surge à fase da integração, que de acordo com Sasaki (1997), é quando acontece a proliferação das classes especiais nas escolas de ensino regular.

Essas salas se baseavam na compreensão de que estando em salas à parte, separados dos alunos sem deficiência, os ditos “excepcionais” não atrapalhariam o ensino dos demais.

A fase da integração trata-se de um processo que visa a integrar o aluno à escola, gerando meios para que os alunos especiais se integrem ao atendimento que é oferecido. Portanto neste período ao invés da escola adequar-se e atender as necessidades do aluno era o aluno quem deveria adequar à escola. Não fugindo da realidade dos dias atuais sabemos que ainda existem escolas que não se adequam as necessidades do aluno, colocando em prática o modelo Integracionista.

De acordo com GLAT e OLIVEIRA (2003, p. 12):

Denominamos integração o modelo que começou a serem implantados no Brasil desde o final da década de 70, os alunos com necessidades educacionais especiais, geralmente oriundos do ensino especial, é inserido na sala regular na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo atendimento especializado paralelo, em horário alternativo, individualmente ou em salas de recursos.

Para Sasaki,1997, na fase de inclusão a sociedade identifica a necessidade de adaptação entre às pessoas com deficiência e a sociedade e vice-versa. Quando nos referimos ao termo ‘inclusão’ significa conscientização, modificação, adaptação e preparação de uma sociedade para incluir as diversidades.

A inclusão escolar tinha como objetivo a construção de uma sociedade para todos, sem as diferenças, valorizando assim a diversidade humana, desenvolvendo o princípio de solidariedade, tornando assim uma sociedade justa e igualitária. Portanto a inclusão se conceitua a um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, trazendo mudanças no meio social, na mentalidade das pessoas e até mesmo da própria pessoa com deficiência. A inclusão social surgiu a partir dos movimentos sociais que tinham como objetivos a luta da igualdade para todos. Essa foi à fase da educação especial rumo à inclusão.

2.2 Leis sobre o atendimento educacional especializado no Brasil: Constituição Federal e LDB

A Inclusão Social e as pessoas especiais na sociedade e na educação, só se torna oficial no Brasil em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal:

Art.205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art.208. Atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1988)

De acordo com SASSAKI (1997, p.43);

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos a integração significando 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver em sociedade' e a inclusão significando 'modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Em 1989, é decretada a Lei Federal nº. 7.853/1989, tornando-se a educação especial obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino, considerando-se ainda crime, punível com reclusão de um a quatro anos e com multa para os dirigentes de ensino público ou particular, no caso de recusa ou suspensão, sem justa causa, da matrícula de um aluno. No entanto a partir daí o atendimento educacional especial e a inclusão social se torna obrigatória em todos os órgãos públicos e privado do país.

Assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição Federal desde 1988, mas sabemos que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens do nosso país, que necessitam de cuidados especiais, vinculados ou não a deficiências.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Lei Federal nº. 9.394/1996 se ajusta com a Legislação Federal dando obrigatoriedade a escola regular, se caso necessário, serviços de apoio especializado. A LDB enfatiza que o estado deve ter atendimento especializado às pessoas especiais desde a educação infantil. Visando ainda que o sistema de ensino garante aos alunos especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização para atender a clientela, proporcionando uma boa educação e condições adequadas para a vida e para sua integração na sociedade. De acordo com o artigo 60 da LDB/1996 está proposto que:

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades na própria rede pública regular de ensino, independente do apoio às instituições previsto neste artigo. Art. 60

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Ressalta-se ainda que professor seja a peça fundamental para que haja inclusão. Assim é imprescindível que ele seja capacitado para receber o alunado que chega a escola, garantindo-lhe o aprendizado e desenvolvimento do aluno. Sabemos que a Constituição Federal garante aos alunos especiais o direito a educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino. No entanto, não há como incluir crianças especiais no ensino regular sem apoio especializado que ofereça aos professores orientação e assistência básica.

O professor deve ser capacitado e deve ter uma preparação para receber em sala de aula os alunos especiais. Muitos professores se sentem inseguros quando se fala em trabalhar com alunos especiais. Portanto a formação do professor é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão escolar. Desse modo para garantir um ensino de qualidade aos alunos especiais, os professores do ensino regular devem ter o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há possibilidade de lidarem com crianças especiais e a escola deve contratar professores especialistas que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades, para o auxílio do professor do ensino regular em sala de aula. (OLIVEIRA, 2012, p. 5)

De acordo com Pacheco (2007), a educação inclusiva tem sido discutida em termos de pedagogia, de mudança na educação e de melhorias nos programas educacionais, tornando as escolas mais diversificadas, flexíveis e colaborativas. A inclusão pressupõe que as escolas se ajustem aos alunos e não o aluno se ajuste à escola. Nessa perspectiva a inclusão escolar deve acolher todas as pessoas, sem nenhum tipo de reclusão no sistema de ensino. No entanto sabemos que a realidade escolar é diferente do que as leis exigem.

Muitas escolas não se adaptam as necessidades dos alunos, dificultando esse processo de ensino aprendizagem, ao fazerem com que os alunos se adaptem à escola. E uma das justificativas das escolas não se adaptarem as necessidades do aluno é falta de recursos vindo do governo federal. Tornando-se espaço escolar não adequado para receber alunos especiais e até mesmo profissionais da educação não capacitados para atender estes alunos.

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15)

Entende-se então que a falta de apoio pedagógico para atender as necessidades dessas crianças e jovens fazem com que se distanciem da escola. Muitas das vezes os familiares não encontram escolas adaptadas para receber a todos, o que se torna uma forma de discriminação com estes alunos. Sendo assim é importante que a escola por mais que não tenha os recursos necessários para receber a todos os alunos busque por seus direitos e mesmo que haja empecilhos não negue o atendimento a qualquer aluno que seja o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

2.3 Reflexões acerca do aee e o processo de inclusão

No dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Nova Constituição Brasileira. Este documento registrou uma diretriz específica, garantindo o atendimento educacional especializado. Como se lê no artigo 208, “[...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Porém o termo, portador de deficiência foi alterado pela Resolução n. 1, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que, no art. 2º, atualiza a nomenclatura do regimento interno do CONADE, e dispõe, no inciso I: “Onde se lê pessoas portadoras de deficiência, leia-se pessoas com

deficiência”. Ou seja, a deficiência não deve ser vista como um fardo ou peso para a sociedade em que ela está inserida como destaca a palavra “portador”.

Ainda relacionado a essa alteração Silva (2009) entende o termo deficiência como condição, algo que é inquestionável. Assim cita a autora:

O que varia, entretanto, é o seu entendimento histórico, pois este precisa ocorrer de forma contextualizada num movimento social, político e cultural. Desta forma, a relação do sujeito com a deficiência depende do contexto em que vive, podendo ser construída por meio dos diferentes agenciamentos coletivos (SILVA, 2009, p. 145).

Em 2007 o MEC apresenta a Política Nacional de Educação Especial, lançando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), através do decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes, reafirmando o compromisso pela educação, garantindo acesso de todos ao ensino regular e atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, fortalecendo o ingresso acessível nas escolas públicas, implantando salas de recursos em suas estruturas, assim como a formação dos docentes para atender no AEE.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 09).

Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (PNEEI), estabelece que o atendimento educacional especializado identifique, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

No ano de 2008, promulga-se o primeiro decreto que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo, revogado, em 2011, pelo decreto n.7.611, de 17 de novembro de 2011. Contudo a aspiração pelo atendimento especializado não aparece somente com o decreto de 2008, encontramos, ao longo da história, nos documentos oficiais, o movimento por este

atendimento nas escolas, as diversas expressões utilizadas para retratar a população da educação especial e a repercussão destas nos atendimentos oferecidos. (DECRETO Nº 7.611, 2011).

Para o MEC o intuito é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. O movimento social pela a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, participando e aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito, pois a educação inclusiva constitui em um modelo educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, sabendo trabalhar igualdade e diferença, sem exclusão dentro ou fora do ambiente escolar.

O Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, introduz, no art. 1º, o dever do Estado com a educação especial. O que difere do decreto anterior (decreto n. 6.571 de 2008), que se inicia no art. 1º, demarcando o que é o AEE, seu objetivo e sua proposta. Assim, o último decreto faz uma apresentação inicial com intuito de definir o direito de todos pela educação escolar, a inclusão e o dever do Estado, conforme estabelecem alguns documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Desse modo, transcrevemos o art. 1º:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público- alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I- garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II- aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V- oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI- adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII- oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

VIII- apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, p. 1).

Este documento estabelece como dever do estado, o sistema de ensino inclusivo, sem discriminação e pautado na igualdade de oportunidades. Decreta a não exclusão e a garantia do ensino de acordo com as necessidades de cada pessoa.

O Direito da Educação Inclusiva é garantido tanto pela Constituição Federal, quanto pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de número 13.146/2015. Em relação ao contexto específico da Pandemia o parecer nº 5 do Conselho Nacional de Educação, estabelece que seja necessário da continuidade a esse direito garantindo a qualidade e equidade.

Considerando que os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm liberdade de organização e poder regulatório próprio, devem buscar e assegurar medidas locais que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias para que o atendimento dos estudantes da educação especial ocorra com padrão de qualidade. (PARECER CNE/CP Nº: 5/2020, p.15).

A educação inclusiva se configura na diversidade, atendendo as diferenças humanas, um processo que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Tendo como objetivo a construção de uma escola acolhedora, sem mecanismo de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com o sucesso de todos os alunos.

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças - diferenças que são irreduzíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado - da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico (SILVA, 2000, p.100-101).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades

educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7).

Compreende-se que o Ministério da Educação desenvolve a política de educação inclusiva que implica na transformação do Ensino Regular e da Educação Especial, nesta perspectiva foram implementadas diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecido aos alunos com deficiência visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular. O programa promove a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

2.4 Características dos estudantes que são atendidos no AEE da escola

Romeu Sassaki (2003), acredita que a inclusão social é “a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, essas também se organizam para assumir seus papéis na sociedade”. Ou seja, o autor deixa claro que para ele, a sociedade precisa de uma transformação completa, devendo, ainda perceber que ela precisa de capacitação para atender às necessidades de seus membros.

Portanto a realização desta pesquisa é extremamente viável, vendo que poucos colégios na região contam com o ensino especial tão bem desenvolvido, visto que a inclusão hoje é algo que deveria existir em todo o meio, proporcionado uma educação para todos, uma vez que, o direito do aluno especial, tanto quanto de todo cidadão à educação é um direito garantido por lei.

Sendo assim esta seção apresentara as características das especialidades de alunos frequentadores da sala de recurso onde aconteceu a pesquisa: Deficiência Intelectual, Deficiência Visual-Baixa visão e Dificuldade acentuada de aprendizagem.

2.4.1 Deficiência Intelectual

Inteligência Intelectual é um valor obtido por meio de testes desenvolvidos para avaliar as capacidades cognitivas e como os processos mentais se organizam. Está relacionada

aos aspectos do pensamento e do raciocínio para perceber, aprender, recordar e pensar sobre uma informação captada através dos cinco sentidos.

Ao ler o fascículo II entende-se que os professores ao se deparar com alunos com essa especialidade optam por maioria das vezes aplicarem para estes alunos conteúdo baseados em aprendizagens mecânicas ao invés de optarem por situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio.

Para esses professores estes alunos são considerados como incapazes por apresentarem dificuldades nos processos de aprendizagem agindo pouco no mundo no qual evoluem. Portanto a função do professor do AEE é de metodizar situações que melhoram o crescimento do aluno com deficiência intelectual estimulando o desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem. O professor deve promover condições didáticas e pedagógicas, levando sempre em conta as necessidades específicas desses alunos na sala de aula do ensino regular.

2.4.2 Deficiência Visual- Baixa visão

A deficiência visual se divide em dois grupos com características e necessidades diferentes: pessoas que apresentam baixa visão e pessoas com cegueira. Portanto trataremos nesta seção sobre a Baixa Visão que é uma deficiência que exige estratégias e recursos especiais pedagógicos adequados para garantir ao aluno qualidade de ensino.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde a baixa visão é originada por enfermidades, traumatismo ou disfunções do sistema visual provocando a diminuição da acuidade visual, dificuldades para enxergar de perto ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais.

O Decreto Federal Nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º, alínea C, regulamenta as Leis Nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, a baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica. (DECRETO FEDERAL, 2004).

Os alunos com baixa visão têm direitos a recursos que proporcionam acessibilidade aos mesmos possibilitando a visualização de objetos favorecendo em seu processo de ensino e

aprendizagem. Os auxílios ópticos para perto podem ser óculos com lentes especiais, lupas manuais ou de apoio que possibilitam, por exemplo, o aumento do material de leitura.

A criança que enxerga estabelece uma comunicação visual com o mundo exterior desde os primeiros meses de vida porque é estimulada a olhar para tudo o que está à sua volta, sendo possível acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem sair do lugar. A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado (SÁ, p. 15, 2007).

Ressalta-se ainda que nem todo aluno que tem baixa visão requer de recursos ópticos, segundo orientação oftalmológica, ou seja, para o mesmo é necessário a realização de ampliação e a iluminação do espaço escolar e familiar que o ajude no seu momento de leitura e escrita.

Segundo Aranha 2004, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), é um recurso pedagógico que favorece o aluno e o professor do AEE no momento de realizar e planejar suas atividades. É importante enfatizar que o aluno com baixa visão deve buscar desenvolver seu estilo pessoal, respeitando a sua capacidade visual e as recomendações médicas, assim como as suas vivências.

2.4.3 Dificuldade acentuada de aprendizagem

Ao realizar esta pesquisa observou-se um dos principais desafios dos professores é lidar com os vastos diagnósticos de déficits de aprendizagens em sala de aula e até mesmo com a realidade alunos que apresentam em seu dia a dia déficits que não são aceitos pelos pais.

Percebe-se então que a dificuldade de aprendizagem pode estar relacionada com inúmeros fatores, tais como: a metodologia utilizada, os métodos pedagógicos, o ambiente físico e até mesmo motivos relacionadas com o próprio aluno e seu contexto de vida. O termo se refere a um aluno que possui uma maneira diferente de aprender, devido a uma barreira que pode ser cultural, cognitiva ou emocional. Por se tratar de questões psicopedagógicas, as dificuldades de aprendizagem podem ser resolvidas no ambiente escolar.

Segundo Coelho 2013, os principais distúrbios de aprendizagem são; Dislexia, Disgrafia que interfere na leitura e na escrita. Discalculia e Dislalia interfere nos cálculos matemáticos e na fala. Disortografia; geralmente são os alunos que enfrentam algum distúrbio como a dislexia, mas também se relaciona à escrita, a Disortografia é mais extensa do que a

Disgrafia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), presente nos alunos com baixa concentração, inquietude e impulsividade.

Compreende-se então que a escola conheça seus alunos, acreditando em sua capacidade em aprender. Outro fator fundamental é o papel do professor e da família na vida dessas crianças, por terem contato direto com os mesmos. Ou seja, o professor deve promover atividades de interação em grupos, assim como ouvir o aluno, pois ele deve expressar seus sentimentos e posicionamentos diante dos fatos. Estes alunos tem o direito de frequentar a sala no ensino regular, como também a sala de recurso.

3 CAMINHO DA PESQUISA

3.1 Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado

A pesquisa teve início no último semestre letivo de 2020, com término no primeiro semestre do ano de 2021, na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, localizada na Avenida Palmas, nº 69, em Combinado Tocantins -TO. A Escola foi criada pela lei nº 9977 de 14 de janeiro de 1986, regida pela lei de funcionamento nº 6770/2001, foi fundada no ano de 1962, portanto há 57 anos. Essa escola é considerada de valor histórico, social e cultural para a comunidade de Combinado. Tem como mantenedora a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins, sendo dirigida pela atual diretora residente deste município.

Atualmente a escola conta em média com 202 alunos distribuídos em (9) turmas regulares e (01) sala de recurso. Funciona em período integral. Em sua estrutura conta com uma sala de leitura/ biblioteca com um quantitativo razoável de livros literários, porém alguns inadequados para a faixa etária atendida na unidade escolar; conta com um laboratório de informática, tendo 15 computadores doados pelo MEC conectados à internet. (PPP, 2014).

A Escola atende alunos com necessidades especiais tendo como filosofia possibilitar ao educando viver em sociedade, disponibilizando recursos pedagógicos acessíveis e estratégias que promovam a plena participação do estudante em todas as atividades escolares providas pela unidade de ensino. Devido estar sempre recebendo alunos especiais, o colégio trabalha com a inclusão social, baseado na igualdade e liberdade defendendo os direitos humanos. Os alunos são atendidos de forma igualitária, sendo matriculados no ensino regular, no qual são alfabetizados juntamente com toda a turma.

Segundo o Projeto Político Pedagógico/2020, da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado à visão estratégica da escola é procurar realizar os trabalhos de maneira eficaz, segura e responsável. Para atender as necessidades da escola e de seus alunos, visando um trabalho contínuo de melhoria a equipe escolar reúne juntamente com pais e alunos da escola no início do ano letivo para reestruturação do PPP, verificando as ações que deram certo, e as que não deram substituir, por outras. Porém com o início da pandemia a reestruturação do PPP está acontecendo aos poucos de acordo com a realidade vivenciada neste período.

Tanto a equipe escolar como alunos e pais dão sugestões de melhoria, as mesmas são acatadas e integradas no PPP. A escola tem a função de oferecer aos alunos da primeira fase do

ensino fundamental um ensino de qualidade, garantindo acesso e permanência dos mesmos na escola, possibilitando a formação de cidadãos críticos e

capazes de agir e transformação da sociedade. É preciso incluir as questões ligadas ao dia-a-dia da escola e estudar alternativas à antiga prática. Isto envolve diretamente a discussão em torno da construção do conhecimento.

É importante ressaltar que em agosto de 2012 foi implantado o sistema de escola de tempo integral nesta unidade escolar o que ampliou a jornada escolar dos alunos trazendo melhores resultados nas avaliações internas e externas, alcançando em 2013 a média 6.2 no IDEB entre outros desempenhos significativos que eleva o desenvolvimento da escola. (PPP, 2014).

A escola deve ser apropriada e adequada para receber crianças e jovens especiais de uma forma que facilitem a aprendizagem desses alunos, no que se refere a; recursos pedagógicos adaptados, adaptadores manuais, informática, mobiliário adaptado, mobilidade, e recursos para comunicação alternativa.

O plano político pedagógico da escola não pontua qual foi a data certa de implantação do AEE na escola, porém a professora entrevistada está à frente dos trabalhos da mesma desde o ano de 2018, segundo ela desde o ano de 2010 a sala de recurso foi implantada na escola.

3.2 Caracterização da pesquisa

Como metodologia, pautou-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa. Assim, para coleta de dados, fez-se uso de instrumentos como revisão literária e aplicação de questionário.

A técnica utilizada como instrumento para coleta de dados aconteceu através de uma entrevista com aplicação de um questionário estruturado para o levantamento de informações sobre as características do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, Plano Municipal de Educação de Combinado (TO), com a professora da sala de recurso e com a mãe de aluno que frequenta a sala.

Quanto à forma de abordagem, segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, quer dizer, existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números.

Minayo ressalta ainda que;

“à pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO 1995, p.21-22).

A entrevista foi realizada através da aplicação de questionário enviado por e-mail para professora, depois de respondido o questionário foi realizada uma análise das falas utilizando trechos destas para dialogar com autores que discorrem sobre assunto. A técnica da entrevista aplicada a professora e a mãe do aluno tem caráter sistemático na busca de informações, entre entrevistador e entrevistado. Optou se nesta pesquisa a entrevista estruturada para posteriormente prosseguir para uma análise qualitativa dos dados coletados.

3.3 Caracterização dos participantes da pesquisa

A professora que trabalha na sala de recurso é graduada em (Pedagogia), docência do ensino superior e pós-graduada em Gestão Orientação e Supervisão escolar com formação na área da Educação Especial. A proposta da pesquisa nessa escola foi pelo motivo da mesma está sempre recebendo alunos especiais e desenvolvendo um bom trabalho de inclusão social, no qual despertou o interesse de saber como era desenvolvido o processo de ensino aprendizagem e a inclusão de alunos especiais na sala de recurso da escola anteriormente e agora em tempos de pandemia.

A mãe do aluno entrevistado menciona que o aluno teve um grande desenvolvimento, depois de matriculado na sala de recurso. Ao observar ela disse que o mesmo apresentou melhoras em se organizar para realizar suas atividades, respondendo todas as atividades que a professora passou antes e agora no período da pandemia.

Segundo a professora da sala de recurso, o que mais dificulta nesse processo de ensino aprendizagem e inclusão é a falta de recursos disponíveis, pois a sala de recurso deveria ser mais adaptada para receber estes alunos, ter mais profissionais qualificados, como intérpretes de LIBRAS diversidade em materiais didáticos e pedagógicos para trabalhar com estes alunos, com intuito de um bom desenvolvimento.

3.4 Questionário dirigido a professora da sala de recurso

Outro momento para coleta de dados foi o questionário dirigido à professora do AEE da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado no Município de Combinado Tocantins e a mãe do aluno atendido na sala de recurso. No qual foi aplicado no mês de agosto do ano de 2021.

Questionário I para o Professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado.

1. Data do seu ingresso na Sala de Recurso Multifuncional?

Foi em 2018.

2. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

(X) Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.

3. Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais?

(X) Aluno com deficiência mental/ intelectual.

Quantos? 1 (X) Aluno com baixa visão. Quantos? 1

(X) Outros/Quais e quantos? Déficit de aprendizagem, 18 alunos.

4. Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado?

Descreva o Plano em suas etapas.

- * Dados pessoais;
- * Local do AEE;
- * Necessidades Educacionais; Identificadas;
- * Áreas de Interesses ou talento;
- * Objetivos;
- * Serviços de Saúde e assistência sociais envolvidos;
- * Recursos Pedagógicos disponíveis;
- * Recursos Pedagógicos necessários;
- * Acessibilidades disponíveis;
- * Números de atendimentos previstos e realizados;

5. Em sua opinião, qual (is) formação (ões) é necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais?

O professor que atua na sala de recursos multifuncionais deve ter formação na área de Educação Especial que habilite para exercício da docência e formação específica: Licenciatura Plena em Pedagogia, com curso de Especialização; Licenciatura Plena em Educação Especial; Pós-graduação; Mestrado ou Doutorado na área da necessidade especial.

6. Em sua opinião quais as dificuldades em relação à inclusão escolar de estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento nas escolas?

As escolas precisam estar preparadas para receber todos os alunos e precisam contar com profissionais qualificados e uma infraestrutura adaptada, pois grande parte dos professores não conhece a didática necessária para lidar com alunos especiais.

Ao analisar as respostas acima se observa como é o processo de ensino e aprendizagem e a inclusão dos alunos frequentadores da Sala de Recurso na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado. A professora da sala de recurso apesar de conhecer bem os seus alunos, diz que as escolas precisam estar preparadas para receber a todos os alunos e precisam contar com profissionais qualificados e uma infraestrutura adaptada, pois grande parte dos professores não conhece a didática necessária para lidar com alunos especiais. A mesma relata ainda que as maiorias de seus alunos possuem Déficit de Aprendizagem.

3.5 Questionário dirigido a mãe do aluno da sala de recurso

Questionário II para a Mãe do aluno da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado.

1- Quais são as características que levaram o seu filho ao atendimento especializado?

Dificuldade de aprendizagem e falta de interesse nas aulas, nervosismo.

2- Ele possui diagnóstico clínico. Se sim, informe interatividade.

Não. Mas sempre identifiquei que ele tinha dificuldades, mais o pai não aceita acompanhamento com médico.

3- Quando o seu filho (a) começou a frequentar a sala de Recursos?

Com 4 anos

4- Quais sentimentos foram despertados ao ter um filho diagnosticado com deficiência ou transtorno de desenvolvimento?

Uma sensação ruim de insegurança. Pois não sei o quanto a escola está preparada para ajudá-lo neste processo.

5- Quais as características do atendimento do seu filho: na escola e em casa?

Ensino especializado na escola, em casa segue normalmente.

6- Descreva as características do diálogo entre a família e escola sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno?

Tranquilo.

7- Em sua opinião quais as dificuldades que a família enfrenta em relação à inclusão escolar de estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento nas escolas?

São vários, falta de acompanhamento, falta de orientação é preconceito.

No relato acima se observa que a mãe explica sucintamente o que levou o seu filho a frequentar a sala de recurso, o mesmo não possui um diagnóstico médico, porém a escola diagnosticou a dificuldade do aluno e o encaminhou a sala de recurso para que o mesmo possa acompanhar as atividades no ensino no regular. Em vários como este é importante ressaltar que as maiorias dos pais se negam encaminhar a criança ao médico para que o mesmo possa ter um laudo sobre sua condição, sendo assim esses pais acabam dificultando o trabalho dos professores com o aluno, assim como os direitos do aluno na instituição.

Ao se deparar com essa realidade da sala de recurso a mãe e o aluno demonstra sensação de insegurança ao se deparar com o novo e de certa forma com uma dificuldade apresentada por seu filho que interfere diretamente em seu processo de ensino e aprendizagem.

A parceria da escola e família deve existir, pois é a partir dessa relação que o aluno será bem atendido e poderá assim demonstra suas possibilidades e dificuldades. A escola deve trabalhar em todo seu contexto a inclusão social, para que os alunos tenham uma boa receptividade com estes alunos. Sendo que os demais alunos acolhem o aluno especial de uma maneira igualitária, sem discriminação e preconceito.

Diante das falas da professora e da mãe do aluno nota-se que ambas tem suas angustias a respeito da realidade da sala de recurso. Observa-se que mãe não tem um laudo que garante o atendimento do aluno, porém os professores e a própria mãe ao notar as suas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem no ensino regular, o encaminhou para a sala de recurso, mesmo assim a mãe se sente insegura diante dessa realidade, pois não sabe se o seu filho irá entender ou se adaptar a este processo, assim como a professora a mesma relata a estruturação da escola em um todo para atender o seu filho e contribuir em sua educação e em sua inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho proporcionou a oportunidade de conviver e ter contato real com todas as questões estudadas teoricamente. Com a participação, socialização, e ver as aflições e angústias de uma criança com dificuldade de aprendizagem, gerando na mesma o desinteresse em ir para escola.

Ao finalizar esse trabalho, pudemos notar que a inclusão dos alunos nas escolas regulares da rede pública de educação deve ser vista como um novo paradigma. Não deixar que as Leis fiquem apenas no papel, mas sim colocá-las em prática na perspectiva de uma educação inclusiva igualitária, em defesa de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Ressalta-se ainda que as marcas de domínio de uma língua sobre a outra devem ser eliminadas, a partir do momento em que todos os envolvidos nesse processo tenham consciência do respeito às diferenças, principalmente as linguísticas, buscando através de um trabalho conjunto entre profissionais do ensino regular e do Atendimento Educacional

Especializado – AEE, realizando uma prática com novas atitudes e novas concepções sobre educar e incluir.

Nesta perspectiva, as escolas devem ser adaptadas para que os professores tenham condições e capacidades para atender todos os alunos de modo igualitário. Neste sentido, os professores devem estar abertos a compreender as diferenças educacionais dos alunos, para que possam auxiliá-los através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam as diferenças.

Diante disso entende a necessidade das escolas estaduais ou municipais serem estruturadas e adaptadas para receber alunos especiais. No qual devem promover e realizar programas de capacitação dos recursos humanos; promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, de integração e de reintegração à comunidade; promover programas de divulgação, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas especiais, elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de pessoas com déficits de aprendizagens entre outras deficiências; apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da educação especial promovendo o desenvolvimento pedagógico visando o aperfeiçoamento e a atualização de recursos instrucionais.

Ao finalizar essa pesquisa, pudemos alcançar a proposta do objetivo geral, através da análise das características do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, visto que a mesma é atuante e busca contribuir na construção do processo de inclusão, de seus alunos. Evidente que as dificuldades existem e são muitas, porém conhecer mais sobre o tema contribuiu grandemente para minha formação profissional e para com minha vida social, pois a inclusão, não é um movimento isolado que depende só de uma classe da sociedade mais sim da conscientização de todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição **da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil**. In Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.
- BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surda cegueira e deficiência múltipla** / Ismênia Carolina Mota Gomes Bosco, Sandra Regina Stanziani Higino Mesquita, Shirley Rodrigues Maia. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- COELHO, D. T. (2013). **Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia**. Porto: Areal Editores.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GLAT, Rosana & OLIVEIRA M. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação Inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração, v. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p. 22-27, 2003.
- Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. PROCESSO Nº: 23001.000334/2020-21. PARECER CNE/CP Nº: 5/2020.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- OLIVEIRA, ELIZÂNGELA DE SOUZA et al. **INCLUSÃO SOCIAL: PROFESSORES PREPARADOS OU NÃO? POLÊMICA**, [S.l.], v. 11, n. 2, p.314 a 323, maio 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.e publicações.uerj.br>. Acesso em: 27 outubro de 2021.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: 1997, WVA.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual** – Coordenação geral SEESP/DEP/MEC. Brasília, MEC 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: 1997, WVA.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa /**

SILVA, L. C. da. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva**. 2009. Tee (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

TRISTÃO, Rosana Maria. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento**. [4. ed.] / Universidade de Brasília/UnBMEC/SEESP, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ANEXOS

ANEXO I- Quadro I- Questionário para o Professor da Sala de Recursos Multifuncionais
(SRM)Município: Combinado-TO.

Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado

Nome do Professor de AEE: _____ Data da entrevista: _____

1- Data do seu ingresso na Sala de Recurso Multifuncional?	Resposta:
2- Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?	Resposta:
3-Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais?	Resposta: <input type="checkbox"/> Aluno com deficiência mental/intelectual. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com baixa visão. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno cego. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com deficiência auditiva. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com surdez. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com deficiência física. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com surdo cegueira. Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? _ <input type="checkbox"/> Outros/Quais e quantos? _____
4- Como você organiza um Plano De Atendimento Educacional Especializado? Descreva o Plano em suas etapas.	Resposta:
5- Em sua opinião, qual (is) formação (ões) é necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais?	Resposta:
6- Em sua opinião quais as dificuldades em relação à inclusão escolar de estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento nas escolas?	Resposta:

ANEXO II- Quadro II- Questionário para a Mãe do aluno da Sala de Recursos Multifuncionais
(SRM)

Município: Combinado – TO.

Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado

Nome do Responsável: _____

Nome do Aluno: _____ Data da entrevista: _____

1- Quais são as características que levaram o seu filho ao atendimento especializado?	Resposta:
2- Ele possui diagnóstico clínico. Se sim, informe interatividade.	Resposta:
3- Quando o seu filho (a) começou a frequentar a sala de Recursos?	Resposta:
4- Quais sentimentos foram despertados ao ter um filho diagnosticado com deficiência ou transtorno de desenvolvimento?	Resposta:
5- Quais as características do atendimento do seu filho: na escola e em casa?	Resposta:
6- Descreva as características do diálogo entre a família e escola sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno?	Resposta:

ANEXO III: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS
UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DOUTOR SÉRGIO JACINTHO
LEONOR COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)

Eu Valeria Sousa Alves, aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins/Campus Arraias, matrícula nº. 2014110635 sob a orientação do (a) Dr^a Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu estou realizando uma pesquisa sobre o título **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DA ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL COMBINADO, DO MUNICÍPIO DE COMBINADO - (TO)**. Desta forma, a pesquisa teve como objetivo geral desse estudo é analisar como está sendo desenvolvido o processo de inclusão do (AEE) na sala de recurso e sala remota da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral. Para isso, gostaria de solicitar sua autorização para aplicar questionário. Esclareço que as informações pessoais da pesquisa serão preservadas e serão utilizadas apenas para produção de conhecimento, excluindo a possibilidade de fins comerciais. Qualquer dúvida em relação ao estudo você poderá contatar por meio do e-mail valeria.sousa@mail.uft.edu.br. A sua participação é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. Desde já, agradeço sua inestimável contribuição.

(X) Aceito colaborar desta pesquisa e consinto a divulgação de minhas respostas para análise e discussão dos resultados obtidos.

Assinaturas dos colaboradores: _____

Arraias-TO, 09 de agosto de 2021